



Teresa Nóbrega*

O Direito à indignação

Muito se tem escrito sobre o estado de abandono e de desinteresse do poder político pelo Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada. Neste contexto assumiu grande expectativa a recente visita do presidente do Governo Regional àquele Hospital. Num hospital votado ao abandono, naturalmente não tinha nada para inaugurar, o que não retirou importância à visita. Visita de trabalho, certamente aproveitada pela equipa responsável pela gestão do Hospital para sensibilizar o Presidente do Governo Regional para as necessidades mais prementes de um hospital sem condições para dar resposta a mais de metade da população dos Açores.

Um hospital crónicamente subfinanciado, que não acompanhou o exponencial crescimento da tecnologia de diagnóstico e tratamento e cujos profissionais de saúde não têm condições para prestar um serviço de qualidade para o qual estão preparados.

A situação tem vindo a agravar-se, com monitores de sinais vitais de vários Serviços obsoletos.

A esperança na mudança foi alimentada pelos “milhões” do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) a serem investidos na área da saúde, mas o que temos constatado, até agora, é que os “milhões” do PRR têm vindo a ser aplicados noutros hospitais da Região com equipamentos de última geração para aumentar a capacidade instalada. E, porque os novos equipamentos precisam de menos tempo para realizar os exames, vêm dar resposta às listas de espera de um Serviço de Imagiologia, que o Governo Regional reconhece que tem “algum significado”.

É caso para os doentes do Hospital de Ponta Delgada perguntarem ao Governo se a lista de espera com mais de um ano de cerca de 4000 TAC's, e com doentes oncológicos que não fazem o controle da doença à espera do TAC, tem algum significado para o Governo Regional. Num hospital que chegou a cancelar biopsias para detetar a doença oncológica, perante o desespero dos doentes e a indignação dos profissionais de saúde. Aconteceu e acontece em Ponta Delgada, uma das zonas de maior risco de mortalidade por cancro em todo o país.

É também uma indignidade que doentes em fim de vida, internados no Serviço de Cuidados Paliativos do HDES, estejam a sofrer a angústia de não terem médico para os acompanhar da meia-noite às oito porque o Hospital cortou nas horas extraordinárias. Entre eles estão doentes em fim de vida à

espera da hora de partir.

À espera por uma cirurgia continuam mais de 6000 doentes. É caso para questionar onde pára a Entidade Gestora do Utente em Espera, criada por este Governo para gerir as listas de espera, com poderes para transferir para o exterior os doentes sempre que o Hospital ultrapasse o tempo máximo de resposta garantido, que numa cirurgia não prioritária é de 270 dias.

Preocupante é também o Serviço de Oftalmologia que está em situação crítica de rutura. A partir de Janeiro vai ficar apenas com um médico. O Serviço de Nefrologia está com a capacidade esgotada e a Unidade de Genética do Hospital precisa de evoluir para equipamentos de nova geração porque os atuais estão descontinuados.

A situação financeira do Hospital é preocupante, com pagamento a fornecedores a 180 dias, enquanto nos outros dois hospitais da Região é de 90 e de 120 dias. A dívida a fornecedores no final do primeiro trimestre era de 74,4 milhões de euros. Notícia de última hora revela que entre Junho de 2022 e Junho de 2023, o HDES duplicou o resultado negativo passando de -6,7 milhões de euros no período homólogo anterior para -13 milhões de euros. Resultado bem significativo do subfinanciamento do HDES, onde até os elevadores avariaram com frequência por falta de manutenção.

O Governo Regional prevê investir 30 milhões de euros do PRR na área da Saúde. Quanto irá caber ao Hospital de Ponta Delgada? Na sua visita ao HDES, o Presidente do Governo deixou o compromisso de investir cinco milhões de euros no Hospital. Será suficiente para acudir ao estado de “abandono e degradação” que o Presidente do Governo constatou durante a sua visita?

Na recente inauguração das obras de remodelação do Centro de Saúde das Velas, em São Jorge, José Manuel Bolieiro reconhece o “direito à indignação” dos jorgenses sobre o “abandono” do Centro de Saúde das Velas por anteriores governos. Por maioria de razão, e porque o HDES não serve só um concelho nem uma só ilha, os micalenses têm direito à indignação pelo abandono a que o Hospital de Ponta Delgada foi votado pelos anteriores e atuais governantes.

*Jornalista

Câmara Municipal de Ponta Delgada inicia processo de indemnização aos comerciantes do Mercado da Graça

O Presidente do município, Pedro Nascimento Cabral informou que a Câmara Municipal de Ponta Delgada iniciou o procedimento de abertura do Regulamento de Compensação Indemnizatória dos Comerciantes do Mercado Agrícola da Graça.

Pedro Nascimento Cabral aproveitou o momento para afirmar que está ao lado dos comerciantes e a desenvolver todos os processos legais para permitir “atenuar ou mitigar as eventuais consequências que os atrasos nas obras do Mercado, possam estar ou vir a causar. A nossa intenção é compensar a possível perda de rendimento dos empresários”.

“Este não é um assunto inédito no país, existem outros mercados em que o processo de obras registou um atraso e despertou a necessidade dos Municípios para desenvolver um processo de compensação indemnizatória pela perda de rendimento. É uma medida que já foi construída e aplicada. Resta-nos seguir os bons exemplos e adapta-los à nossa realidade socioeconómica” reforçou o autarca.

O Presidente do Município também aproveitou para lembrar que “quando foi determinada a suspensão das obras do Mercado da Graça, foi apresentada aos comerciantes a possibilidade de se deslocarem para as Portas do Mar. Os comerciantes tiveram a alternativa para desenvolver a sua actividade no Pavilhão do Mar. A larga maioria dos comerciantes preferiu manter-se no parque de estacionamento do Mercado da Graça, mediante a reivindicação de um conjunto de intervenções, que foram prontamente realizadas pela autarquia”.

“Neste sentido, foi instalado uma máquina de parquímetro, no parque de estacionamento existente nas antigas instalações da RTP/Açores, foram colocados equipamentos de ventilação, que têm contribuído para aumentar a circulação de ar e preservar a qualidade dos produtos expostos, garantindo, assim, melhores condições de funcionamento desta zona comercial, foi disponibilizada uma rampa de acesso ao Mercado da Graça, junto da entrada norte/poente, e criada uma zona de acesso no piso 0, com a abertura de



um corredor interior na zona nascente e norte, para a circulação dos clientes, permitindo um acesso directo à zona da peixaria e estabelecimentos comerciais”, esclareceu o responsável autárquico.

Pedro Nascimento Cabral terminou a sua intervenção reforçando que “a Câmara Municipal de Ponta Delgada é primeira entidade interessada em ter esta situação resolvida. Se não fosse este caminho burocrático, que temos de percorrer,

já teríamos avançado e terminado essas obras. Todas as medidas que a autarquia tem aplicado, incluindo as alternativas apresentadas e agora o início deste procedimento e à participação procedimental do Regulamento de Compensação Indemnizatória, têm tido em consideração as necessidades mais urgentes face às actuais circunstâncias e têm em vista apoiar e salvaguardar os interesses da nossa população e dos nossos comerciantes”.